

Não se pode olvidar, por outro lado, que a solução dos conflitos trabalhistas não é monopólio estatal, existem meios outros de resolver as pendências entre capital e trabalho, entre os quais, a autocomposição sugerida pela Lei 9.958/2000.

Incumbente ao Poder Judiciário, preservar a aplicabilidade da Lei 9.958/2000, contribuindo, portanto, para a pacificação social e ingressando na modernidade que o novo milênio coloca todos os operadores do direito.

DA PENHORA INCIDENTE SOBRE BENS DE GARANTIA HIPOTECÁRIA CEDULAR.

Arnóbio Teixeira de Lima (*)

I – Introdução.

A abordagem do tema posto em discussão, não tem por escopo, o aprofundamento do estudo do instituto da penhora, nem dos privilégios envolvendo os créditos de natureza alimentar, pois, longe de nos, a ilusão do conhecimento doutrinário envolvendo assuntos tão palpitantes. Contudo, propomos uma breve reflexão acerca dos

meandros que envolve a matéria, principalmente, em confronto com a ordem jurídica instituída, levando-se em consideração a hierarquia das normas e dos princípios emanados e garantidos pela Constituição Federal.

Neste ensaio, não nos ateremos a todos os institutos encampados pelo direito real, mas, unicamente ao direito do credor hipotecário censual. Em primeiro lugar, por sabermos de nossas limitações neste campo e em segunda premissa, porque a hipoteca censual, nos é favorecedora ao tema, objeto de nossa proposta.

I.1 – Da penhora.

Penhora no sentido técnico jurídico, significa o ato judicial regulado por lei, pelo qual se apreendem bens do devedor, com vistas à satisfação do pagamento da dívida ou da obrigação executada.

Para Humberto Theodoro Júnior, com arremate em José Alberto dos Reis (Curso de Direito Processual Civil – 12ª Edição – Forense – Rio de Janeiro – 1994, pág. 182), “ A Penhora é um ato de afetação porque sua imediata consequência, de ordem prática e jurídica, é sujeitar os bens por ela alcançados aos fins da execução, colocando-os à disposição do órgão judicial para, “ à custa e mediante sacrifício desses bens, realizar o objetivo da execução ”, que é a função pública de “ dar satisfação ao credor ” ” Utilizados estes conceitos, apenas como intróito da abordagem em relevo, por mais das vezes, deparamo-nos com situações em que, a penhora incide sobre bens gravados por garantia real, na acepção preconizada no art. 674, do Código Civil, segundo o qual, são direitos reais, além da propriedade. I - A enfiteuse; II - As servidões; III - O usufruto; IV - O uso; V - A habitação; VI - As rendas expressamente constituídas sobre imóveis; VII O penhor; VIII - A anticrese; e IX - A hipoteca.

Neste último caso, da penhora levada a efeito, deverá ser intimado o credor hipotecário, sob pena de ineficácia do ato quanto a este, de conformidade com as disposições dos art. 615, II e 619, do Código de Processo Civil.

(*) Arnóbio Teixeira de Lima é Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 13ª Região

Em idêntico sentido, dispõe o art. 826, segunda parte, do Código Civil, que não será válida a venda judicial de imóveis gravados por hipoteca, devidamente inscritas, sem que tenha sido notificados os respectivos credores hipotecários que não forem de qualquer modo partes na execução.

Destarte, sabendo-se que a lei não contém palavras inúteis, a conclusão a que se chega, é que o credor hipotecário, no caso, é cientificado da penhora incidente sobre sua garantia real: a) - para o exercício do direito de seqüela, do qual nos dá notícia, o art. 677, do Código Civil, segundo o qual “*Os direitos reais passam com o imóvel para o domínio do adquirente*”, ou; b) - para o exercício do direito de defesa da própria garantia real, ou outras providência que, a seu critério, possam ser adotadas no curso da execução.

Acerca do direito de seqüela, oriundo do gravame hipotecário, leciona Washington de Barros Monteiro:

“A hipoteca é assim direito real. Declara-o a lei de modo expresso. Como direito real, vincula o bem gravado, acompanha-o sempre onde quer que se encontre. Adere à coisa como a sombra ao corpo (adhaeret ossibus rei, ut lepra cuti). Surge destarte o direito de seqüela ”.

Desse conceito, conclui-se que o direito de seqüela acompanha o bem gravado com direito real hipotecário, até a extinção do gravame, que somente se dará, quando quitado o débito garantido pela hipoteca.

II - Da defesa dos direitos reais de garantia hipotecária.

Situadas estas premissas, direcionaremos nosso estudo às situações em que, o detentor do direito real de garantia hipotecária, regularmente inscrita, se defronta com penhora incidente sobre a garantia real hipotecária, com vistas a atender demanda promovida por portador de crédito trabalhista.

Em situações que tais, ou seja, quando o credor de garantia real é noticiado da penhora implementada sobre os bens garantes, normalmente adotam-se duas medidas.

Numa primeira hipótese, o credor hipotecário comparece a Juízo, mediante ofício ou petição, comprovando por documento sua condição de credor de garantia real, ocasião em que, dependendo das cláusulas contidas no título ou por disposição legal, solicita ou requer providências, visando a proteção de seus direitos.

Nestes casos, há entendimentos doutrinários, no sentido de que, se o credor da garantia é detentor de direito inalienável ou impenhorável, basta uma simples petição informando ao juiz da execução essa condição.

No que diz respeito ao ofício, parece-nos aceitável a providência. Entretanto, não podemos concordar com o entendimento relacionado ao comparecimento mediante petição, posto que, salvo nos casos de assistência (art. 50 e seguintes do CPC), não há lei conferindo a outrem, o direito de ingressar em processo alheio, na defesa de seus próprios interesses, inclusive nos casos de oposição, na forma disciplinada nos art. 56 usque 61, do CPC.

Destarte, não vislumbramos como acertada, a medida de ingresso em processo alheio, para a defesa do credor de garantia real, mesmo porque, poderá ocorrer de existirem vários ou inúmeros credores de garantia real, com interesses em um mesmo processo, como nos casos de concorrência entre credores de garantia real ou quando forem penhorados vários bens de garantia, pertencente a diversos credores. Em situações tais, dificilmente se evitará a desordem processual, dada a divergência de partes e a diversidade de interesses defendidos.

A nosso modo, deparando-se o juiz com intervenção processual do credor de garantia real, por ofício ou por petição, com vista a defesa de seus interesses, ao seu critério, no primeiro caso, por questão deferencial, poderá atender ou não ao pleito, se assim entender, oficiando de imediato ao interessado o que foi decidido e, no segundo

caso, determinar o desentranhamento da petição, por despacho informativo ao subscritor, de que salvo nos casos previstos em lei, é defeso postular em processo alheio. E, nos casos de vários pretendentes, proceder de igual modo, informando da impropriedade da via utilizada, evitando desequilíbrio da marcha processual.

De modo geral, o credor hipotecário tem comparecido a Juízo, através dos Embargos de Terceiro, de que nos dão conta os arts. 1.046 e seguintes do Código de Processo Civil, objetivando, por seus argumentos, pleitos únicos ou alternativos, como a declaração de impenhorabilidade dos bens penhorados, ou a parte remanescente do que sobejar da execução.

Do nosso ponto de vista, no ordenamento jurídico atual, o credor de garantia real ou o terceiro que teve seus bens penhorados, tem ao seu alcance, três modos de produzir defesa de sua garantia, consistindo a primeira, na simples informação dessa condição ao Juízo da causa; a segunda, na utilização dos Embargos de Terceiro, previstos nos arts. 1.046 e seguintes do Código de Processo Civil; e ainda, uma terceira modalidade de defesa, mediante a interposição de mandado de segurança, em defesa de seu direito líquido e certo, não assegurado por habeas corpus, conforme já entendeu o Colendo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, por sua Seção especializada, quando do julgamento do MS 10/95, em 17.05.95 – In Revista LTr. 60-01/84, de Janeiro de 1996.

III – Algumas espécies de hipotecas cedulares.

A hipoteca admitida em nosso sistema jurídico tem caráter convencional, legal e judicial. Origina-se a primeira em convenção entre partes, a segunda decorre da própria lei, e a terceira é resultante da sentença.

Ao lado dessa classificação, em situação híbrida, pois que reguladas por lei, mas decorrente de convenção entre partes, o nosso sistema jurídico contempla as hipotecas cedulares, as quais nomeamos de especial interesse para nosso estudo, destacando-se:

1 - Cédula Hipotecária da Habitação, regida pelo Decreto-Lei Nº 70, de 21.12.1966;

2 – Cédula Rural Hipotecária, instituída pelo Decreto-Lei Nº 167, de 14.02.1967;

3 – Cédula de Crédito Industrial e Comercial, disciplinadas pela Lei Nº 6.840, de 03 de novembro de 1980 e pelo Decreto-Lei Nº 413, de 09.01.1969 e;

3 – Cédula de Produto Rural, com substrato na Lei Nº 8.929, de 22.08.1994.

No primeiro caso, constata-se a não inclusão de cláusula de impenhorabilidade, diferentemente do que acontece nas demais hipóteses, em que a garantia hipotecária, por disposição legal é alçada à condição de impenhorável, salvo para o credor hipotecário, conforme disposto no § 2º, do art. 655, do CPC, que excepciona a gradação ali capitulada.

Desse modo, o Decreto-Lei Nº 70, de 21 de novembro de 1966, no seu art. 23, preceitua:

“ Na hipótese de penhora, arresto, seqüestro ou de outra medida judicial que venha a recair em imóvel objeto de hipoteca sobre a qual haja sido emitida cédula hipotecária, fica o devedor obrigado a denunciar ao juízo da ação ou

execução a existência do fato, comunicando-o incontinente aos oficiais incumbidos da diligência, sob pena de responder pelos prejuízos que de sua omissão advierem para o credor ”.

No mesmo sentido, dispõe o art. 69, do Decreto-Lei Nº 167, de 14 de fevereiro de 1967:

“ Os bens objeto de penhor ou de hipoteca constituídos pela cédula de crédito rural não serão penhorados, arrestados ou seqüestrados por outras dívidas do emitente ou do terceiro empenhador ou hipotecante, cumprindo ao emitente ou ao terceiro empenhador ou hipotecante denunciar a existência da cédula às autoridades incumbidas da diligência ou a quem a determinou, sob pena de responderem pelos prejuízos resultantes de sua omissão ”.

De igual modo, disciplina o art. 57, do Decreto-Lei Nº 413, de 09 de janeiro de 1969:

“ Os bens vinculados à cédula de crédito industrial não serão penhorados ou seqüestrados por outras dívidas do emitente ou do terceiro prestante da garantia real, cumprindo a qualquer deles denunciar a existência da cédula às autoridades incumbidas da diligência, ou a quem a determinou, sob pena de responderem pelos prejuízos resultantes de sua omissão ”.

Por sua vez, assinala o art. 18, da Lei Nº 8.929, de 22 de agosto de 1994:

“ Os bens vinculados à CPR não serão penhorados ou seqüestrados por outras dívidas do emitente ou do terceiro prestador da garantia real, cumprindo a qualquer deles denunciar a existência da cédula às autoridades incumbidas da diligência, ou a quem a determinou, sob pena de responderem pelos prejuízos resultantes de sua omissão ”. (grifamos – Cédula de Produto Rural).

Conforme verificamos, as hipotecas cedulares admitidas na ordem jurídica atual, estabelecem hipóteses de bens com ou sem cláusulas de impenhorabilidade, conforme disposto na lei e estabelecido no contrato.

Essa impenhorabilidade, contudo, nos termos da lei, não é de índole absoluta, pois, conforme já afirmamos, a impenhorabilidade a que se refere a norma, é direcionada a terceiro, diferente do credor hipotecário, porquanto, em relação a este, é obrigatória a execução dos bens da garantia, independentemente da gradação legal instituída pelo art. 655, do Código de Processo Civil, conforme verificado no § 2º, daquele normativo, onde restou estabelecido que na execução de crédito pignoratício, anticrético ou hipotecário, a penhora, independentemente de nomeação, recairá sobre a coisa dada em garantia.

Verificamos também, que essa impenhorabilidade, de acordo com a lei, que não estabeleceu exceções, alcança todo e qualquer credor e sua relatividade acontece unicamente em relação ao credor hipotecário, o que não poderia ser diferente, já que a garantia instituída, destina-se justamente à assegurar o retorno do crédito ao credor hipotecário.

Destarte, trata-se de impenhorabilidade absoluta em relação a todo e qualquer credor, exceto, por razões óbvias, para o credor hipotecário, contratante da garantia.

IV – Do entendimento jurisprudencial quanto ao tema.

Com base na impenhorabilidade relativa atribuída aos bens de garantia real, firmadas por cédulas de créditos, algumas cortes trabalhistas têm declarado a eficácia da penhora levada a efeito, em favor do credor trabalhista, conforme já decidiu a 3ª Turma do Egrégio Regional de 9ª Região, quando do julgamento do AP-02468/97, em ementário a seguinte teor:

“Penhora. Hipoteca. Extinção. 1. É passível de penhora por crédito trabalhista o bem do executado gravado por hipoteca, ainda que a garantia real seja vinculada a cédula de crédito industrial. Supremacia do crédito trabalhista ao fiscal e, por extensão, a qualquer outro (CTN, art. 186). 2. Uma vez arrematado em hasta pública ou adjudicado, extingue-se o ônus hipotecário do objeto constricto (CC, art. 849, inc. VII)”. (In Decisório Trabalhista – Doutrina – Jurisprudência, nº 06, junho/98, pág. 137)

Adotando posição assemelhada, decidiu a corte trabalhista do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, quando do julgamento do AP Nº 2639/98, em ementa nos seguintes termos:

“Penhora de bem gravado por garantia de cédula de crédito industrial. Impenhorabilidade. Não obstante a vedação contida no art. 57, do Dec.-Lei 413/69, os bens vinculados à cédula de crédito industrial podem ser objeto de execução fiscal, pois não se tratam de bens absolutamente impenhoráveis, conforme exige o art. 184, do CTN. Assim sendo, tais bens, com maior razão, podem ser alvo de execução trabalhista, considerando-se a preferência que os créditos trabalhistas possuem sobre os créditos fiscais, conforme deixam claro os próprios legisladores tributários no art. 186, do CTN ”. (In Decisório Trabalhista – Doutrina - Jurisprudência – nº 63, outubro/99, pág.173)

Analisando idêntica hipótese, nos autos do AP 1196/95, colhe-se do Acórdão proferido pelo Egrégio Regional da 6ª Região, através de sua 3ª Turma, escólios da seguinte ordem:

“Trata-se de execução trabalhista em que terceiro interessado requer o desfazimento da penhora, alegando a impenhorabilidade legal do bem que sofreu constrição judicial.

Razão não assiste ao agravante, o crédito trabalhista, constituído de parcelas salariais, guarda o seu caráter alimentar, preferindo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, exceto o crédito acidentário.

Nem os créditos tributáveis resistem a superioridade hierárquica dos créditos trabalhistas, resultantes de sua fundamental importância para o equilíbrio social, resguardando a sobrevivência do trabalhador e de sua família, bem como da conseqüente proteção superprivilegiada da lei, conforme art. 5º da Lei de Introdução ao Código Civil, art. 186 e 187, do Código Tributário Nacional”(In Decisório Trabalhista – Doutrina - Jurisprudência – nº 05 - maio/96, pág.78)

Escolhemos os posicionamentos ora destacados, porque situados em posição oposta ao nosso ponto de vista e porque todos, de um modo geral, estabelecem como razão de decidir, além de outros argumentos, as relações de privilégios dos créditos em conflito.

V – Do momento de aplicação da regra dos privilégios.

Não nos parece acertado nesta oportunidade, discorrer acerca de créditos privilegiados, pois, não divergimos de qualquer entendimento mediante o qual, se diga que o crédito trabalhista, alimentar e acidentário, assume posição privilegiada em relação ao crédito fiscal ou qualquer outro.

Nosso objetivo, neste momento, e para o qual rogamos uma reflexão, não estará direcionado para o credor privilegiado, mas, para o momento em que devem ser aplicadas as regras dos privilégios dos créditos.

A propósito do assunto, em procedimento falimentar, nos termos do art. 102, do Decreto-Lei nº 7.661/45, os créditos trabalhistas decorrentes de salários e indenizações, preferem aos demais créditos concorrentes, o que também disciplinam os arts. 449 e 768, da CLT.

No mesmo sentido, o art. 769, do Código de Processo Civil, quando trata da verificação e da classificação dos créditos do insolvente, manda que seja elaborado o quadro geral de credores, com observância da classificação dos créditos e dos títulos legais de preferência.

Em idêntico comando, nos casos de inventário, quando disciplinou o pagamento das dívidas do espólio, o legislador pátrio determinou que se deve observar o privilégio dos credores, conforme transcrito nas disposições do art. 711, do Código de Processo Civil, de onde emerge que, “concorrendo vários credores, o dinheiro ser-lhe-á distribuído e entregue consoante a ordem das respectivas prelações”. O que não vem a ser outra coisa, senão o privilégio do crédito.

De igual comando, o Código Civil quando se refere a concurso de credores, enumera nos artigos nº 1.557 e 1.558, que os títulos legais de preferência são os privilégios e os direitos reais, assegurando a conservação dos direitos privilegiados, sobre o preço do seguro, em razão da perda ou danificação da coisa ou nos casos de desapropriação ou servidão legal.

O que se observa das normas em destaque é que segundo a legislação em vigor, inclusive trabalhista, as regras dos privilégios somente se aplicam, quando duas ou mais pessoas, em situações processuais idênticas, ou seja, participando do mesmo processo, disputam um mesmo bem ou idêntico direito.

Não seria demais acrescentar, que em hipótese de credor único, não há que se falar em privilégio, já que não há concorrência.

Dessa dicotomia, outra não é a conclusão a se chegar, senão a de que somente se aplicam as regras dos privilégios creditícios, quando houver concurso de vários credores ao mesmo crédito, nos casos de falência, execução, insolvência, inventário, etc.

Para Aurélio Buarque de Holanda, privilégio designa “ vantagem que se concede a alguém com exclusão de outrem e contra o direito comum”. Destarte, estamos a verificar que o fenômeno do privilégio, sempre opera em detrimento de outro. E, esse outro, nada mais é do que o credor concorrente, o que nos conduz novamente a concluir, que somente se aplicam as normas dos privilégios, nos casos de concorrência ou concursos de credores.

Discorrendo sobre privilégios e preferências, o já conhecido Plácido e Silva, dentre outras ponderações, enumera que “*Os privilégios creditórios são graduáveis, anotando-se, assim, que uns vêm em primeiro lugar ou antes que os outros. E, nesta razão, são preferidos uns aos outros, segundo a força da classe em que se colocam, nos termos da lei ou do direito de preferência, em que se fundam. Em relação às pessoas, a preferência é sempre fundada num direito, em virtude do qual cabe às mesmas regalias, o privilégio ou a vantagem, para que se satisfaça preferencialmente ou em primeiro lugar, quando em concurso ou em disputa com outras pessoas*”.

Alinhados estes elementos, tanto no que se refere aos comandos legais, quanto no que vem a ser privilégios e preferências, ao nosso modesto sentir, os privilégios e preferências somente operam, em benefício de uns e em detrimento de outros, pressupondo sempre a existência de dois pretendentes ao mesmo objeto. E se existe duas pessoas concorrendo ao mesmo objeto ou ao mesmo crédito, obviamente está criado o concurso.

Dáí nasce nossa conclusão de que os privilégios dos créditos somente operam, quando em concurso de pessoas, ou seja, quando no mesmo processo, figurarem pessoas pretendendo o mesmo crédito, seja no processo de execução, falimentar, de inventário ou de insolvência civil. De modo que, somente se aplicam as regras dos privilégios dos créditos, quando presente o concurso de credores ao mesmo objeto em litígio.

VI – Da proteção do direito adquirido e do ato jurídico perfeito.

Enveredamos a discussão por esta vertente, porque de nossa parte, entendemos que na ordem jurídica atual, há uma proteção em favor do ato jurídico perfeito e do direito adquirido, que suplanta qualquer privilégio de crédito, inclusive o alimentar, acidentário, trabalhista ou fiscal.

A esse respeito, dispõe o art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal:

“ a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada ”.

Destarte, ao nosso ver, se o legislador constituinte estabeleceu a garantia de que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito, e a coisa julgada, sem disciplinar qualquer espécie de exceção, qualquer dispositivo legal preexistente, ou que venha a existir em contrário, afronta a carta política vigente. De conseguinte, no primeiro caso, ocorre o fenômeno da derrogação ou da não recepção e na segunda hipótese, apresenta-se-nos a inconstitucionalidade da norma.

Por sua vez, ao formalizarem as garantias hipotecárias mediante instrumento cedular, as partes envolvidas no negócio, criaram obrigações entre si, de acordo com a lei, na forma de contratos. Esses contratos, após sua formalização, no direito pátrio, são elevados à categoria de atos jurídicos perfeitos, nos termos do art. 81, do Código Civil Brasileiro.

Assim sendo, se há um ato jurídico perfeito assegurado pela Constituição Federal, qualquer norma que a este ato se oponha, ainda que de ordem fiscal, trabalhista ou previdenciária, apresenta-se-nos inconstitucional.

Em desacordo com a ordem constitucional instituída a partir de 05.10.88, dispõe a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que instituiu o Código Tributário Nacional, em seu art. 184.

“Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual foi a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declara absolutamente impenhoráveis”.

Situados os dois comandos legais, aquele capitulado no art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal de 1988 e a norma proveniente do art. 184, CTN, verificamos que há um comando legal de garantia absoluta – sem exceção – do ato jurídico perfeito e do direito adquirido, oriundo da Constituição Federal de 1988 e que, o Código Tributário Nacional a este comando legal se contrapõe nas disposições de seu artigo 184, quando não respeita o direito adquirido e o ato jurídico perfeito, originário dos contratos, onde os bens são gravados com ônus de garantia real.

Do mesmo modo, afronta a ordem jurídica instituída, quando desrespeita as cláusulas de inalienabilidade ou impenhorabilidade, quer pactuadas ou instituídas por lei.

Verificamos, no caso, que a lei instituidora do CTN, foi elaborada antes da nova ordem jurídica atual, pois que a primeira, data de 1966 e a Constituição Federal, entrou em vigor, a partir de 05 de outubro de 1988.

Nestas situações, quando a legislação vigente antes da Constituição Federal com ela se choca, surge o fenômeno da inconstitucionalidade da norma, porque não recepcionada na nova ordem legal instituída. Assim, estamos diante de regramento que não foi recepcionado pela Constituição Federal, pois a ela se opõe, no que se refere à garantia absoluta do ato jurídico perfeito e do direito adquirido.

Por tais razões, apresenta-se-nos inconstitucional as regras do art. 184, do CTN, que afrontam o ato jurídico perfeito e o direito adquirido. E se assim acontece, os privilégios a que se refere o art. 186, do mesmo diploma tributário, somente se aplicam, quando as partes interessadas no mesmo objeto ou no mesmo crédito, encontrarem-se em situação de concorrência, em idêntica posição processual, sob pena de quebra da ordem jurídica instituída, a partir de 1988.

Nesse direcionamento, não seria demais acrescentar, que a partir da constituição do ato jurídico perfeito, tem nascimento o direito adquirido das partes envolvidas no negócio, cujos efeitos devem ser preservados por todos, não para salvaguardar os interesses dos contratantes, mas, para assegurar a preservação da ordem e de consequência, a paz social, pois, se o ato jurídico perfeito não for garantido, conseqüentemente a ordem jurídica desaparece e o estado de direito passa a ser imaginário, acarretando a insegurança dos povos.

Por conta disso, o Poder Constituinte de 1988, fez assegurar o ato jurídico perfeito e os direitos adquiridos das partes, de tal sorte que, quando a lei estabeleceu a impenhorabilidade de um bem, não visou o legislador unicamente a preservação dos direitos incidentes sobre aquele bem, mas, a preservação do ato jurídico perfeito e da ordem jurídica, mesmo porque, é princípio mezinho de que, o interesse geral deve se sobrepor ao interesse individual, seja ele do Estado ou do indivíduo. Pois o que se preserva é o interesse da nação e não daqueles que a compõem.

Desse modo, os bens ainda que relativamente impenhoráveis, enquanto perdurar a condição de impenhoráveis ou de inalienáveis, não podem responder por créditos fiscais e por corolário lógico, por crédito alimentar, acidentário ou trabalhista. Salvo se, em afronta à Constituição Federal.

A propósito, quando a lei estabeleceu a impenhorabilidade dos bens dados em garantia e de outros títulos, objetivou, dentre outros fundamentos: resguardar o direito do credor de garantia real; salvaguardar o direito adquirido e estabelecer garantias para a ordem jurídica, principalmente em tempos de regimes forçados, em que a nação sempre está a se submeter aos interesses das classes dominantes.

Neste direcionamento, não se pode negar o privilégio do crédito trabalhista. No entanto, este refere-se a direito individual, que não pode prevalecer diante das regras de direito coletivo e nem contra o interesse geral, com afronta às regras do direito adquirido e do ato jurídico perfeito.

A construção da ordem jurídica depende, precisamente da preservação de seus dogmas e de seus princípios norteadores, pois sem estas pilastras, nem mesmo restarão garantidos os privilégios de qualquer crédito, por mais elevados que sejam.

Neste contexto, os privilégios dos créditos, por restarem consubstanciados como direitos individuais, mesmo o crédito fiscal, que representa interesse individual do Estado, deve ser objeto de defesa por toda a sociedade, no entanto, este privilégio não pode ultrapassar a órbita do direito individual, e chegar ao requinte de macular a ordem jurídica, negando toda uma construção do direito, que levou séculos a se firmar e atingir o grau de segurança a que chegamos.

VII – Da espécie de impenhorabilidade atribuída aos bens gravados por hipoteca cedular.

Salvo entendimentos mais elevados, a nosso modo, manifestamo-nos no sentido que a impenhorabilidade é absoluta, quando o legislador não enumera qualquer exceção à regra instituída. E é relativa, quando o legislador excepciona hipóteses em que o bem, mesmo alçado à condição de impenhorável, pode sofrer constrição judicial, nos casos disciplinados por lei.

Há casos, porém, em que o legislador excepcionou a regra geral da impenhorabilidade, somente em favor do credor hipotecário, como o fez quando da elaboração das normas dispostas quanto às cédulas hipotecárias.

Em situações tais, a impenhorabilidade é “erga omnes”, em relação a todo e qualquer credor, exceção feita somente ao credor hipotecário. Porquanto, nas hipóteses abordadas, enquanto o credor hipotecário não renunciar à impenhorabilidade dos bens dados em garantia ou, enquanto este mesmo credor não promover a execução destes bens, a impenhorabilidade subsistirá no tempo, porque instituída sob o estigma do ato jurídico perfeito que, certamente, nos termos da lei, fez fluir o direito adquirido das pessoas envolvidas no negócio.

Conjugados estes fatores, conclui-se que os bens gravados por cédulas hipotecárias, nos termos da lei, são relativamente impenhoráveis quanto aos credores hipotecários e absolutamente impenhoráveis, em relação a todo e qualquer titular de crédito, por mais privilegiado que seja, em face da garantia do ato jurídico perfeito e do direito adquirido, pela Constituição Federal.

VIII - Conclusão

1 – Conforme exposto e de acordo com a legislação em vigor, na defesa da garantia hipotecária com cláusula de impenhorabilidade, frente a execução trabalhista, o credor hipotecário deve informar o fato ao Juízo da causa, solicitando a declaração de impenhorabilidade e, não logrando êxito, pode utilizar-se dos Embargos de Terceiro previstos nos arts. 1.046 e seguintes do CPC ou de ação mandamental, em defesa do direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus;

2 – As hipotecas cedulares admitidas na ordem jurídica em vigor, consagram em favor do credor hipotecário, conforme o caso, cláusulas de impenhorabilidade e direito de seqüela ou somente direito de seqüela;

3 – A declaração de subsistência da penhora sobre bens, com cláusulas de impenhorabilidade estabelecidas por lei, comporta necessariamente o enfrentamento da matéria envolvendo o ato jurídico perfeito e o direito adquirido, originários da formalização da garantia;

4 – As regras dos privilégios dos créditos trabalhistas, alimentares, acidentários ou fiscais, somente se aplicam, quando há em um mesmo processo, concorrência de credores ao mesmo objeto, pois, tais privilégios, não podem se opor à ordem jurídica instituída;

5 – Da formalização do instrumento de crédito cedular hipotecário, de acordo com a lei, nasce o ato jurídico perfeito, nos termos do art. 81, do Código Civil Brasileiro, e desse ato, tem surgimento o direito adquirido das pessoas envolvidas no negócio, ambos resguardados, sem exceção, pela Constituição Federal;

6 – os bens gravados por hipotecas cedulares, com cláusulas de impenhorabilidade, são absolutamente impenhoráveis em relação a todo e qualquer credor, inclusive fiscal, e relativamente impenhoráveis, somente em favor do beneficiário da garantia, em função do objeto do próprio gravame, que não é outro, senão o se assegurar o retorno do crédito concedido.